

Revista Filosófica de Coimbra

vol.14 | n.º28 | 2005

Mário Santiago de Carvalho
Diogo Ferrer
Carlos Morujão
Giannina Burlando
Alain David
José Reis

Gérard SONDAG, *Duns Scot. La métaphysique de la singularité*. Paris: J. Vrin (Bibliothèque des Philosophes) 2005, 238p.

Dadas as dificuldades (de incompletude e de transmissão) da sua obra e a subtileza do seu pensamento, está longe de ser fácil escrever uma monografia sobre o filósofo e teólogo João Duns Escoto (1265/66-1308). Apraz-nos, por isso, saudar o recente aparecimento da obra em recensão, da autoria de G. Sondag, docente de Universidade Blaise-Pascal (Clermont), que, decerto também porque iniciou a sua actividade de «escotista» sobretudo como tradutor, oferece ao leitor francófono uma síntese coerente e relativamente acessível de um dos maiores pensadores franciscanos de todos os tempos. Ao lado de páginas de uma espantosa acessibilidade, lemos discussões pormenorizadas e bem informadas que estão longe de ceder à facilidade. Esta quase impossível combinação, aliada a uma actualizadíssima informação bibliográfica, confirmam GS como um nome de referência no universo escotista da francofonia. Sob o título complementar, «A metafísica da singularidade», GS optou por uma apresentação sistemática da obra escotista (a opção comporta os seus riscos, evidentemente). Tendo por ponto de partida a questão epistemológica (p. 21-75), passa-se de seguida para o problema da possibilidade de uma metafísica ou filosofia primeira (p. 77-129), na base da edificação de uma teologia (p. 131-164), a partir do qual se introduzem, por ordem, uma teoria do ser criado («créable») (p. 165-176), a psicologia (177-204) e a ética ou uma «teoria da vontade» (p. 205-221). É-nos proposto assim um Duns Escoto vocacionalmente metafísico, e isso dada a sua condição de teólogo cristão, evitando-se, em consequência, a bizarra e anacrónica leitura que faz do franciscano um metafísico estrito e profissional. Os riscos inerentes à linha de opção indicada não se explicam só (ou nem tanto) pelo ponto de partida crítico (tal como referimos na nossa tese doutoral sobre Henrique de Gand, ele parece-nos inultrapassável); nem, muito menos, pela dependência da teologia em relação à metafísica, sem que esta não elimine aquela, mas lhe dê a possibilidade da sua edificação; ou sequer (o que já não será tão óbvio) por algumas das soluções preconizadas a atalhar as habituais dificuldades de interpretação do Doutor Subtil. Ponto mais frágil, encontrámo-lo nalgumas tónicas derivadas do critério mais correcto ou fiável para aferir da «actualidade» de Escoto em termos de progresso, segundo GS: uma ideia é nova sempre que depois da sua apresentação é impossível voltar atrás (vd. p. 223-4). Outro aspecto mais ou menos feliz da monografia diz respeito ao facto de Escoto aparecer inserido num diálogo tradicional e diacrónico. A quem conhece alguns dos nossos estudos, saltará, no entanto, à vista, que não podemos acompanhar o autor, sem mais, na expressão «pensamento franciscano» (vd. v.g. *A Síntese Frágil*, p. 20, n.5). É claro que enunciado assim nada apontaríamos em reserva àquele critério, mas, como se disse, o mesmo não podemos afirmar quanto à justificação de algumas

novidades, aparentemente irreversíveis. Sem que com isto queiramos deslustrar minimamente esta excelente contribuição de GS, enumeremos uma ou outra reserva sobre as ideias filosóficas «progressivas» de Duns Escoto, tal como o A. as enumerou: o conceito unívoco de ser; a teoria das naturezas comuns; a doutrina da individualidade e das diferenças últimas; a doutrina teológica dos modos intrínsecos do ser; o conhecimento intelectual intuitivo; a definição da liberdade pela sincronia dos possíveis. Sem dúvida que, para a metafísica, a doutrina da univocidade do ser tal como Escoto a enunciou representou uma aquisição incontestável. Todavia, isto não significa, como alega GS, que ela seja uma alternativa real à doutrina da analogia, designadamente na sua direcção teológica de imitação ou de similitude (caso de Boaventura); o ponto crítico, para nós, não está em dizer que a analogia da similitude pressupõe sempre um conceito unívoco (cela va de soi!). Outrossim em precisar que não falamos da mesma univocidade nas duas situações (em Escoto ela é elevada à condição de teoria fundante), o que, portanto, mina ainda mais o frágil critério da vantagem (sic!) que GS descortina em tal teoria. Também não deixa de ser fraca a apresentação da teoria da analogia, como «enigmática», a partir de Aristóteles. Independentemente do facto de as páginas que dedicou à teoria das naturezas comuns passarem a ser doravante obrigatórias, não conseguimos compreender como é que uma tal teoria pode representar uma «saída do platonismo». Igualmente a merecer ulterior discussão, estamos em crer, estará a solução preconizada para uma desontologização do possível (i.e. retirar o ser do possível ao ser-possível, o que é possível não é real). Diversamente, já nos parece ter sido muito feliz a leitura da doutrina da constituição do indivíduo, bem contraposta às interpretações contemporâneas de teor 'individualista' e devidamente situada em clave metafísica. Em conformidade, os indivíduos da mesma espécie não se distinguem entre si radicalmente, a distinção radical situando-se antes nas diferenças individuais, as únicas que são efectivamente últimas, mas também determinantes e positivas: «os indivíduos humanos diferem 'per se' (i.e. não por acidente) mas não 'primo' (i.e. no princípio – o que sucede só com as diferenças individuais que não chegam para formar uma espécie)». Sentimos o mesmo apreço pelo sublinhado conferido à desimplicação da liberdade e da contingência, o que tem como efeito perceber o verdadeiro horizonte daquela mais no espaço da interioridade ou vontade humana. Para terminar, deixemos ao leitor interessado informação sobre a ainda recente publicação das Actas do Colóquio «Duns Scot à Paris, 1302-2002» (Turnhout: Textes et Études du Moyen Age, 26).

Mário Santiago de Carvalho

Alessandro D. Conti, *Esistenza e Verità. Forme e strutture del reale in Paolo Veneto e nel pensiero filosofico del tardo medioevo*, Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo (Nuovi Studi Storici, 33) 1996, 324pp.

Embora com algum atraso relativamente ao seu aparecimento – desde 1996 que A.C. tem dado à estampa inúmeras publicações sobre Paulo de Veneza (1369-1429), entre as quais poderíamos citar o último trabalho de que temos conhecimento («Paul of Venice's Theory of Divine Ideas and Its Sources» in *Documenti e Studi sulla Tradizione Filosofica Medievale* 14: 2003) – é entusiasticamente que acolhemos aqui a presente dissertação. Ela afigura-se-nos uma competente e exaustiva apresentação da metafísica de, talvez, um dos melhores lógicos medievais, decerto graças ao tirocínio de três anos que passou em Oxford, o qual lhe permitiu não só definir a crítica ao nominalismo como sobretudo haurir do